

**ESCRAVIDÃO, ORIGENS E FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS:
UM ESTUDO POPULACIONAL DA FREGUESIA DE SÃO JOSÉ DEL REI
ATRAVÉS DOS REGISTROS PAROQUIAIS DE ÓBITO
1750-1800**

Wallison de Oliveira Antunes
Bolsista de Iniciação Científica
Departamento de História – UFMG

Doutor Douglas Cole Libby
Professor Associado da UFMG

RESUMO

Partindo de dados populacionais extraídos dos registros paróquias de óbito assentados em livros da Matriz de São José do Rio das Mortes (atual Tiradentes) na segunda metade do século XVIII, o texto analisa, através de amostragens e comparações de resultados parciais, os perfis étnicos e raciais da população saojoseense e a sua respectiva distribuição numa hierarquia social de liberdades. Além disso, a pesquisa também explora as influências do sistema escravista na construção da dinâmica populacional da freguesia, sobretudo no que concerne à formação de famílias entre cativos africanos e nativos constantes na documentação.

Palavras-chave escravidão, origens históricas, diversidade étnica

SESSÃO TEMÁTICA História econômica e demografia histórica
H1 – Sistemas escravistas em Minas Gerais

INTRODUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

O recorte cronológico e geográfico proposto para a pesquisa é a segunda metade do século XVIII na freguesia de São José do Rio das Mortes, atual Tiradentes. A proposta justifica-se porque, num contexto geral, enquanto a economia mineira sentia os primeiros impactos do declínio da mineração, a freguesia de São José, caracterizada pela agricultura de abastecimento e pelo comércio, encontrava-se em pleno crescimento econômico. E tal crescimento foi acompanhado pelo segundo fator que autoriza nossa investigação: a significativa entrada de mão-de-obra escrava africana na freguesia.

A base empírica da pesquisa são os registros paroquiais de óbito assentados em livros da Matriz de São José. Atualmente, esses registros encontram-se disponíveis em um banco de dados no Centro de Estudos Mineiros (FAFICH-UFMG), resultado de um minucioso e importante trabalho de conservação de acervos históricos, sob a direção do Prof. Doutor Douglas Cole Libby, e viabilizado pelo financiamento do CNPq.

Digitalizados, os documentos formaram uma longa série cronológica que envolve quase todo o período focado (1750-1800). Digo quase, pois a documentação possui lacunas. Para os anos de 1784, 1788, 1789, 1790, 1791 e 1800, por exemplo, os registros são escassos. Além disso, não foi encontrado nenhum assento referente aos anos 1750, 1751, 1785, 1787, voltando a se repetir essa deficiência no período entre 1794 e 1799. No entanto, para os demais anos, que são o grosso da investigação, a documentação encontra-se intacta, formando um extenso corpo documental.

A bem da verdade, embora tenham se revelado fontes fecundas, os documentos paroquiais de óbito ainda não foram alvos de estudos historiográficos sistemáticos, daí o caráter inovador de nossa abordagem. Analisados de forma quantitativa e serial, os registros de óbito mostraram-se tão eficazes para o estudo populacional quanto os assentos de batismos, fontes largamente empregadas em análises recentes.

Como qualquer outra fonte, os assentos de óbito também estavam sujeitos aos filtros dos seus elaboradores; no caso específico, a cúria da freguesia de São José. Contudo, ao invés de silenciar as fontes, esses filtros as enriqueceram enormemente, na medida em que deixaram transparecer os julgamentos do discurso oficial acerca de temas hoje caros aos historiadores, como a maternidade e o matrimônio entre a população escrava.

OBJETIVOS

A pesquisa foi conduzida em busca de três objetivos básicos bastante claros: primeiro, delinear os perfis étnico-raciais dos indivíduos livres, forros e escravos constantes na documentação. Segundo, localizados os africanos nessa hierarquia de liberdades, problematizar o tema de suas origens históricas. Terceiro, analisar a questão da formação de famílias entre a população africana da freguesia, tendo em vista sua diversidade étnica, bem como sua condição legal.

METODOLOGIA

Como escolha metodológica, decidimos-nos pela análise sistemática e serial da documentação, uma abordagem que se aproxima muito da chamada História Demográfica. Por meio de amostragens e comparações de dados, examinamos aspectos diversos da população da freguesia de São José, sobretudo aqueles que diziam respeito à sua composição étnica e às influências do sistema escravista na construção da dinâmica populacional da freguesia. Igualmente metodológica foi a decisão de dividir a presente pesquisa em três textos independentes, porém complementares.

Para a composição do primeiro, organizamos a massa documental em ordem cronológica e separamos os indivíduos listados de acordo com suas condições legais. Dessa forma, pudemos indagar quem e quantos eram, conforme suas cores e origens, os escravos, os forros e os livres presentes nas fontes.

No segundo texto, seguimos a metodologia empregada por Karash (2000, p.481) e Rezende (2006, p. 180) para classificar os africanos listados nos registros por grandes regiões de origem. A partir dessa classificação, tornou-se viável a análise dos padrões do tráfico negreiro para a freguesia.

No terceiro e último, cruzamos dados sobre o estado civil, a condição legal e as origens dos africanos constantes nas fontes para analisar as influências do cativo na maternidade e no matrimônio de africanos. Portanto, em termos estruturais, a pesquisa desenvolve-se partindo de um panorama geral da documentação até alcançar um grupo específico de personagens; ou seja, empreende uma caminhada do geral para o particular.

Hierarquias da liberdade: escravos, forros e livres nos registros paroquiais de óbito da freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1800

Para uma primeira abordagem da massa documental, organizamos a divisão dos indivíduos registrados nos assentos paroquiais de óbito de acordo com suas condições legais, isto é, entre escravos, forros e livres. Com essa escolha metodológica, pretendemos analisar os percentuais, nos assentos de óbito, dos segmentos livre, forro e escravo da população da freguesia de São José, bem como traçar um esboço de suas origens e identidades étnicas, ao longo da segunda metade do século XVIII.

Em números precisos, para o total de 6116 registros paroquiais de óbito incluídos no período em foco, identificamos a significativa parcela de 3733 assentos referentes a falecimentos de cativos. Número que se traduz na surpreendente cifra de 61% de toda a documentação examinada. Analisando a mesma freguesia no ano de 1795, tendo como fonte documental o *Rol de S. Joze*, Libby e Paiva encontraram a cifra de 48,7% de escravos na população.¹ Diante da diferença de dados, e uma vez que ainda não possuímos informações o suficiente para afirmar que, entre o contingente mancipio de São José, as taxas de mortalidade fossem substancialmente mais altas (até mesmo

¹ LIBBY, D. C.; PAIVA, C. A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'el Rey em 1795. Revista Brasileira de Estudos de População. Vol. 17. Nº ½, jan.-dez. 2000. p.21

porque, no gráfico 1, em que o número de óbitos, por condição legal, pode ser observado ao longo do tempo, as curvas para livres, forros e escravos apresentam quedas e crescimentos simultâneos) acreditamos que a divergência entre os dados apontem para outras direções.

Em parte, a diferença deve-se ao fato de que, no *Rol de S. Joze*, os citados autores analisaram um genuíno censo eclesiástico que enumerou, minuciosamente, a maior parte da população da freguesia no ano de 1795 (10.929 indivíduos), excluindo apenas os menores de 7 anos, porque não se confessavam. Portanto, a abordagem de Libby e Paiva, por desfrutar de uma visão global da freguesia de São José, oferece um percentual mais confiável da participação dos escravos na população. Ao passo que nos óbitos, temos a clara limitação de extrair uma amostra representativa do segmento cativo na freguesia.

Por outro lado, e sobretudo, não se deve perder de vista que a fonte de Libby e Paiva restringia suas análises ao ano de 1795, enquanto que os resultados aqui levantados, em princípio, devem-se ao exame de um longo período de 50 anos, 1750-1800. Tendo isso em vista, a surpreendente cifra de 61% de escravos encontrada nos assentos de óbito quando observada ao longo do tempo, como fizemos no gráfico 1², pode estar abertamente denunciando a significativa entrada de mão-de-obra escrava na freguesia de São José, via tráfico negreiro, ao longo de quase todo o século XVIII, inclusive a segunda metade do mesmo. Afinal, muito dos escravos cujos óbitos estão registrados na nossa documentação aqui chegaram antes de 1750. O que, de fato, explicaria a elevada quantia de cativos rastreada nos registros de óbito, bem como o movimento crescente, até meados de 1780, da curva referente aos mesmos.

Seja como for, a despeito da divergência numérica, o artigo de Libby e Paiva e o presente projeto inclinam-se para uma mesma conclusão: a maciça presença de escravos na freguesia de São José. Segundo os autores, “um bom indicador da atividade econômica regional”³; no caso específico, da pecuária, da agricultura de abastecimento e do comércio.

Tabela 1

Designação étnica/origem dos escravos listados nos registros paroquiais de óbito, 1752-1800

Cor/Origem	Número	Percentual
Africanos	2102	56,3%
Cabras	21	0,6%
Crioulos	307	8,2%
Pardos	60	1,6%
Sem referência	1243	33,3%
Total	3733	100%

Fonte: APSASJRM

² Na elaboração do gráfico 1 excluímos 55 africanos sem condição legal especificada e 7 quartados.

³ Ibidem. p.22.

A tabela 1 oferece um panorama das designações étnicas e origens dos escravos registrados nos documentos de óbitos. É bastante visível a predominância dos africanos entre os cativos, representando 56,3% do total. Analisando, também por meio dos registros paroquiais de óbito, a freguesia vizinha, São João del Rei, entre os anos de 1780 e 1810, Brügger encontrou um percentual bastante próximo do aqui aventado para a presença de cativos africanos nos documentos. Os dados da autora indicam que 52,1% dos óbitos de escravos para o período de 1782-1807 se referiam a africanos. Esta proximidade de resultados afirma a considerável importância dos documentos de óbito como fonte para o estudo sistemático de populações ainda pouco exploradas pelo olhar historiográfico.

Tanto nos dados de Brügger como nos nossos, o percentual de escravos falecidos para os quais nenhuma origem foi indicada é sobremaneira elevado, somando, em nossa pesquisa, 33,3% dos óbitos de cativos, e nos dados da autora, 34,2%. Este alto índice de omissão das origens dos escravos nos registros de óbito das duas freguesias, chegando acima de 1/3 do total, pode ter influenciado de forma negativa nossos resultados; mas de maneira alguma diminui a importância dos mesmos. Aliás, seu principal efeito é colocar em xeque o zelo dos párocos no trabalho de identificação dos devotos e fiéis das freguesias.

No gráfico 1, verifica-se que, para todo o período bem documentado (exceto os anos de 1792 e 1793, particularidade que analisaremos mais adiante) o número absoluto de óbitos de escravos foi, de modo geral, substancialmente mais alto que dos dois outros segmentos representados, inclusive superando a soma destes últimos. A alta proporção de escravos entre a população da freguesia de São José, denunciada pelas amostras de óbitos e pelos dados de Libby e Paiva, conduz-nos, inevitavelmente, para a seguinte questão: pensando nos moldes de uma sociedade hierárquica, escravista e assentada em privilégios de nascimento e de cor, como os habitantes desta freguesia mineira negociaram, entre seus diversos segmentos, a construção de um ambiente social relativamente saudável, desejável?

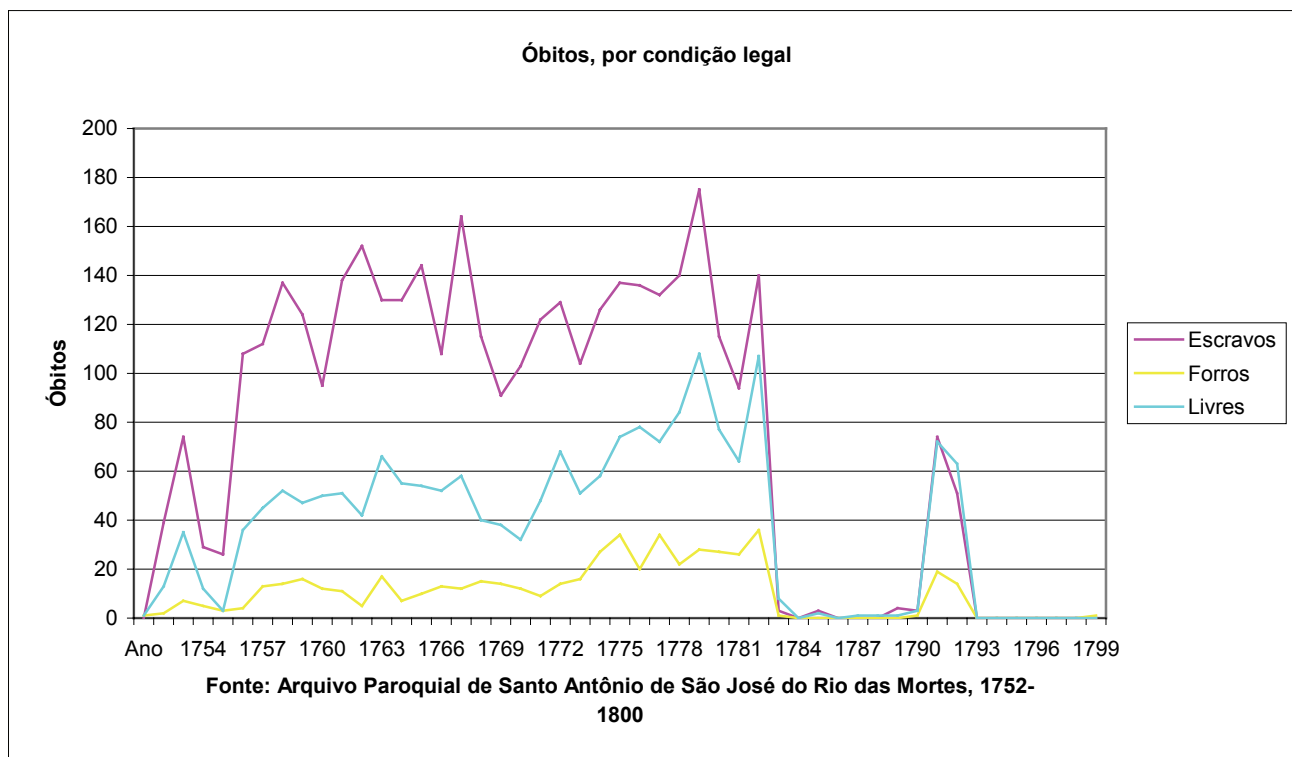
A resposta, queremos crer, passava pela prática das alforrias. Por um lado, abertura estrategicamente negociada pelos não-livres para o acesso a um patamar superior na hierarquia da liberdade; por outro, mecanismo e artifício necessário para a própria manutenção do regime escravista, tendo em vista a inviabilidade e os altíssimos riscos de um regime de escravidão excessivamente rígido⁴. Ora, seria perigoso demais para os senhores de cativos fazê-los entender que a liberdade deveria ser tomada, pois jamais seria concedida.

O número total de indivíduos oficialmente identificados como forros na documentação de óbito chegou a 552, isto é, cerca de 9% de todos os assentos estudados⁵. Entre os forros, os africanos somaram 313 indivíduos, ou seja, 57,6% do total, percentual compatível com a cifra representada pelos mesmos entre os óbitos de escravos (ver tabela 1).

⁴ Para uma ótima abordagem acerca das alforrias, ver: PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos Testamentos*. São Paulo, Annablume, 1995.

⁵ Nos dados de Brügger, os forros representavam 7,5%. BRÜGGER, S. M. J. *Procedência e Identidades: Escravos e Libertos em São João del Rei, 1780-1810*. Belo Horizonte, 2002 (mimeo)

GRÁFICO 1



Em contrapartida, somando 218 dos 512 assentos de óbitos de forros, número que se traduz em 39,5% desse segmento, encontravam-se os crioulos e os mestiços, estes últimos, em sua grande maioria, filhos das uniões inter-raciais e dos famosos intercursos sexuais entre senhores e escravas.

É preciso destacar que o percentual de não-africanos entre os alforriados encontrados nos óbitos se demonstra sobremaneira elevado, tendo em vista que, entre os óbitos de cativos, apenas 10,4% dos falecidos, 388, foram identificados como não-africanos (ver tabela1)⁶. É de saltar os olhos o fato de que os “pardos” e os “cabras”, representando percentuais minúsculos entre os óbitos de escravos, apareçam de forma tão expressiva entre os forros, inclusive superando em muito o maior grupo de não-africanos entre os escravos, os “crioulos”. Em síntese, a expressiva participação desses mestiços embranquecidos entre os forros apenas reforça uma afirmação já cristalizada na literatura sobre a escravidão no Brasil: o maior sucesso destes últimos no processo de libertação do cativo, em ascender na hierarquia da liberdade.

⁶ Em Brügger, 13,7%. Ibidem

Tabela 2
Cor/origem ou designação étnica dos forros encontrados nos assentos paroquiais de óbito, 1752-1800

COR/ORIGEM...	Nº	%	COR/ORIGEM...	Nº	%
Pardos	112	20,19%	Pardo Carijó	01	0,18%
Cabras	94	17,03%	Africanos	313	56,7%
Crioulos	11	2%	Não identificados	21	3,8%
			Total	552	100%

Fonte: APSASJRM

Outro detalhe bastante intrigante na tabela 2 é o reduzido número de indivíduos cuja origem ou cor não foi identificada, se comparado ao percentual de omissão entre os escravos. Ao que parece, houve por parte dos párocos um cuidado todo especial em rotular, mesmo após a morte, os indivíduos oriundos do cativo, não deixando que suas cores e origens fossem silenciadas pela sua nova posição na hierarquia da liberdade.

Por certo, os limites da liberdade para um indivíduo nascido ou mesmo desembarcado como escravo em terras brasileiras deveriam ser bastante restritos - uma vez que, como sublinhamos, ele ainda carregaria o estigma da cor -; mas de maneira alguma poderiam ser inflexíveis. A bem dizer, a concessão-conquista da liberdade, num ambiente social predominantemente marcado pelo elemento escravo, deveria ser concretizada por meio de cumplicidades, de um jogo social co-participativo.

Entre os indivíduos que, por exclusão, identificamos como oficialmente livres nos assentos de óbito é que os índices de omissão ou silêncio, no que diz respeito às suas origens, identidades étnicas ou cor, alcançaram patamares altíssimos. Para o total de 1770 indivíduos aparentemente livres, cerca de 28,9% da massa documental dos assentos de óbito, 1512, ou seja, 84,5% do total dos livres, não tiveram nenhuma procedência ou identidade especificada, como pode ser observado na tabela seguinte.

Tabela 3
Sexo, cor/designação étnica dos indivíduos livres nos assentos paroquiais de óbito, 1752-1800

COR/ORIGEM	Nº	H*	M*	COR/ORIGEM	Nº	H*	M*
Bastardos	11	08	03	Pardos	41	20	21
Cabras	06	04	02	Branços	158	122	36
Carijós	02	02	-	Viandante	01	01	-
Crioulos	38	19	19	Não identificados**	1512	914	598
Gentio da terra	01	-	01	Total	1770	1090	680

*Nas tabelas, H significa homem e M, mulher.

** É preciso observar que esta não identificação é geralmente interpretada como se os indivíduos fossem brancos.

Fonte: APSASJRM

Este excessivo índice de omissão, muito provavelmente, pode ter camuflado uma maior participação de indivíduos de cor na população listada como livre na documentação, silenciando, ainda que não totalmente, o eloquente discurso de cores até

agora encontrado em nossa análise. Na tabela 3, o diminuto número de falecidos identificados por suas cores e origens representa 14,6% do total dos livres falecidos. A presença de bastardos, isto é, de filhos de mães indígenas e pais brancos, bem como do indivíduo identificado como “Gentio da terra”, é indicador da presença de alguns nativos na região, fato consumado pela também presença dos 2 indivíduos “*Carijós*” na documentação. No entanto, como pode ser claramente observado na tabela, os dois grandes grupos de não-brancos que dominaram os registros paroquiais de óbitos de indivíduos livres foram, sem dúvida, os “pardos” e os “crioulos”, respectivamente. Aliás, observe-se, grupos marcados pelo flagrante equilíbrio entre os sexos; algo que, como veremos, não era muito comum.

No que concerne aos oficialmente⁷ “brancos”, embora também formassem um grupo reduzido no total de livres identificados, é notável que o seu número supera a soma de todos os outros grupos de origem especificada. Talvez um indicador de que os párocos responsáveis pelos assentos e os falecidos deste segmento social tinham a nítida preocupação de identificarem sua cor, a fim de se diferenciarem do restante da população da freguesia, colocando-se, portanto, no mais alto patamar da hierarquia da liberdade, a combinação da cor branca e da condição legal livre.

Uma peculiaridade marcante no gráfico 1 diz respeito ao ajustamento das curvas de óbitos de indivíduos livres e escravos entre os anos de 1792 e 1793. Infelizmente, grande parte da documentação que precede e sucede o período em foco, e que ajudaria a compreender este dado particular, provavelmente não resistiu ao peso dos séculos, pois não foi encontrada entre os livros paroquiais. No entanto, os documentos referentes a 1792 e 1793 formam séries completas, logo, constata-se que seus dados não se encontram distorcidos. Observe-se que é a curva referente aos óbitos de escravos que declina, ao passo que a dos livres parece não sofrer grandes alterações. Particularidade que nos leva a refletir sobre a hipótese que, nos anos finais do século XVIII, o tráfico de escravos para a freguesia de São José do Rio das Mortes diminuiu consideravelmente suas atividades, podendo mesmo ter se estabelecido em um patamar constante, abaixo dos níveis anteriormente registrados. Seja como for, a maciça presença dos escravos nesta freguesia mineira por certo exigiu de seus personagens a contínua negociação social da liberdade; aliás, negociação legitimadora dos mecanismos de hierarquia e de controle social da própria escravidão.

Os filhos do tráfico: origens e nações dos africanos nos assentos paroquiais de óbito de São José, 1750-1800

Como vimos anteriormente, no que concerne ao segmento mancípio, o número de registros de óbitos de africanos atingiu a alta cifra de 2102 assentos, isto é, 56,3%⁸ dos falecimentos de escravos, e 34,37% do total de 6116 registros examinados. No entanto, a

⁷ Digo oficialmente, porque poderiam ser pardos ou cabras registrados como brancos.

⁸ Em Brügger, 52,1%. Ibidem

população africana da freguesia de São José do Rio das Mortes, como pode ser observado na tabela abaixo, não se limitava ao segmento mancipio. Em números, o total de africanos encontrados nas fontes chegou a 2470, isto é, 40,38% da extensa série documental elencada para o período de 1750 a 1800. Para analisar essa parcela expressiva da população da freguesia de São José, decidimos, num primeiro momento, dividir os africanos por grandes regiões de origem, ou seja: África Ocidental, África Central Ocidental e África Oriental⁹. Para uma segunda análise, mais apurada, segmentamos os indivíduos pertencentes a esses três grandes grupos regionais em grupos identitários menores, a partir das designações com as quais as fontes identificavam os mesmos. É necessário ressaltar, porém, que a noção de africano não aparece nas fontes, mas aqui serve de instrumento de análise e interpretação, por isso necessária.

Tabela 4
Condição legal dos africanos nos documentos paroquiais de óbito, 1752-1800

CONDIÇÃO LEGAL	Nº	%
Escravos	2102	85,1%
Forros	313	12,67%
Condição legal não especificada	55	2,23%
Total	2470	100%

Fonte: APSASJRM

No gráfico 2, podemos analisar o número de óbitos de africanos, por grandes regiões de origem, ao longo da maior parte da segunda metade do século XVIII em São José. Nota-se, num primeiro momento, que o percentual de indivíduos originários da África Central Ocidental entre os falecidos é visivelmente maior. Em números, corresponderam a 51,2% dos óbitos de africanos, 1265 falecidos registrados.

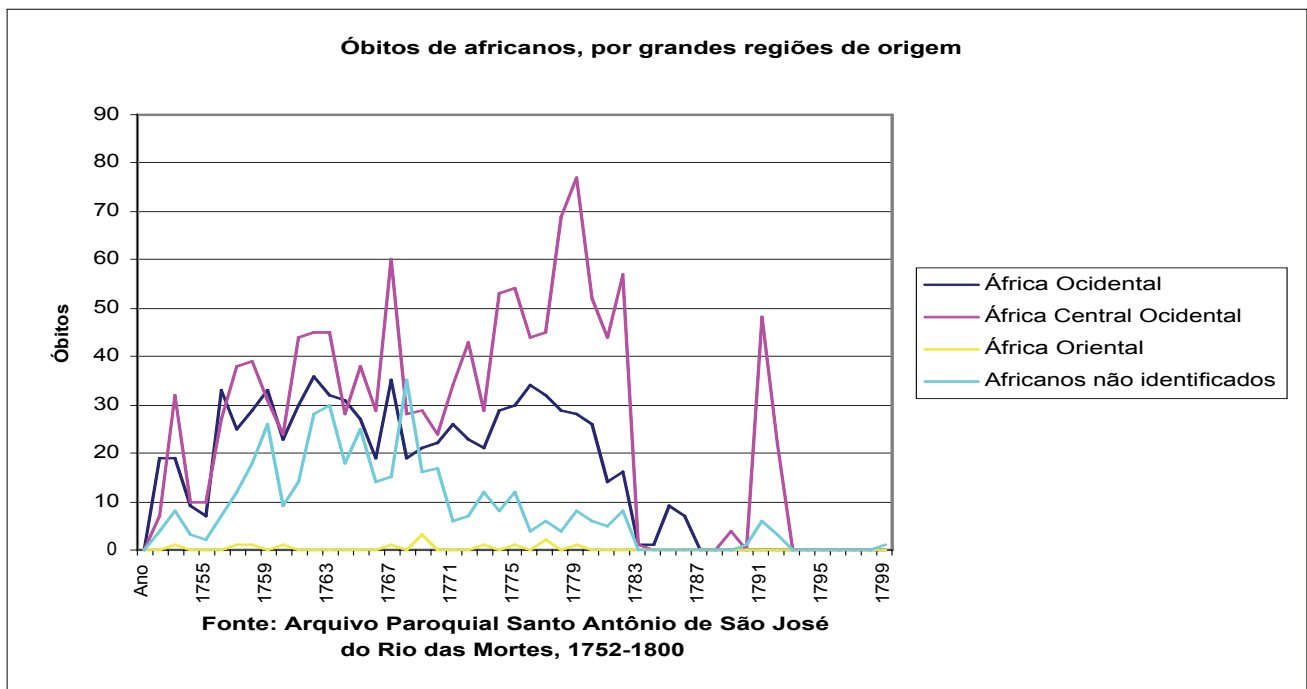
Chama a atenção que a curva referente a esses indivíduos, de modo geral, cresceu notavelmente até o ano de 1780, não sendo acompanhada nesse desenvolvimento pelas demais representadas.

Tal crescimento, quando analisado diante da relativa estabilidade - tendendo para o declínio - da curva de falecimentos de africanos ocidentais, também representada no gráfico 2, indica significativas mudanças no comércio dos cativos e na composição da escravaria desta freguesia mineira. Conforme Rezende, na segunda metade do século XVIII, ocorreu uma verdadeira “bantolização” em Minas, isto é, o crescimento do número de cativos advindos da África Central Ocidental na escravaria da província. A entrada dos grupos bantos na freguesia de São José deveu-se, ainda segundo o autor, a uma maior aproximação da economia da Comarca do Rio das Mortes, em plena expansão, com a Capitania do Rio de Janeiro, cuja economia também se encontrava em ascensão. Esta

⁹ Para informações precisas sobre estas regiões geográficas, ver: KARASH, M. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*; tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. REZENDE, R. C. *As “Nossas Áfricas”*: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FAFICH-UFMG. Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby, Belo Horizonte, 2006.

aproximação possibilitou aos traficantes e mercadores de escravos fluminenses, intimamente ligados ao tráfico com o centro-oeste africano, o aumento de sua influência sobre o mercado mineiro de “peças”, superando assim os traficantes soteropolitanos, maiores responsáveis pela presença de cativos da África Ocidental na escravaria da Comarca.¹⁰

GRÁFICO 2



Deve-se sublinhar que os dados do gráfico 2 estão em plena concordância com os analisados por Curtin, no que se refere às exportações projetadas do tráfico de escravos português para o longo período de 1701-1810. Pois o autor demonstra graficamente que, entre os anos de 1740 e 1800, o tráfico de escravos luso orientou-se predominantemente para as regiões centro-ocidental e sul do continente africano¹¹. Sendo assim, fica evidente, num primeiro plano, a importância do tráfico negreiro para a economia de São José e, num segundo, a viabilidade dos documentos de óbito para o estudo de dinâmicas demográficas.

¹⁰ REZENDE, R. C. *As “Nossas Áfricas”*: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FAFICH-UFMG. Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby, Belo Horizonte, 2006.

¹¹ CURTIN, P. C. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison, University of Wisconsin Press, 1990. p. 211.

Em sua maior parte, a curva de óbitos que representa, no gráfico 2, os africanos ocidentais, refere-se à morte de indivíduos desembarcados no Brasil ainda na primeira metade do século, tendo em vista que a sua relativa estabilidade (tendendo para o declínio) indica que não houve, para o período em estudo, entradas significativas de escravos dessa região na freguesia de São José do Rio das Mortes. Chama a atenção o fato de que, até meados de 1787, embora não sendo um grupo continuamente alimentado pelo tráfico, ainda é possível encontrar africanos ocidentais na documentação; um indicador de que alguns poucos indivíduos deste grupo desfrutaram de uma admirável longevidade, como as minas forras Quitéria e Maria Álvares, falecidas no ano de 1778, com respectivamente 90 e 80 anos.¹²

Em patamares bem menos expressivos, aparecem, no gráfico, os óbitos de africanos orientais, um total de 13 moçambiques¹³, número bastante pequeno, se comparado aos demais grupos étnicos presentes na documentação. Portanto, mais interessante seria acompanharmos a evolução da curva de óbitos de africanos de origem não identificada. A impossibilidade de identificar as regiões de origem destes indivíduos, em sua maior parte, deveu-se ao fato de muitos párocos, ao lançarem os assentos, empregarem termos genéricos do período para identificar africanos, como “preto” e “negro”, pormenor que dificultou nossa investigação. No entanto, observando mais atentamente o gráfico 2, percebe-se que a curva de óbitos de africanos de origem não especificada cresce apenas no período entre 1753 e 1769, coincidindo, fortuitamente, com o primeiro período de crescimento de óbitos de escravos do centro-oeste africano. Em outros termos, a concentração de casos de omissão das origens dos africanos entre os anos 1753-1769, é provavelmente um indicador da dificuldade dos párocos em lidar com os novos perfis da população africana da freguesia de São José; em compreender as mudanças do mercado de escravos e especificar as origens dos cativos. Esta hipótese ganha força se observarmos a curva de falecimentos de africanos não identificados no período posterior. A partir de 1769, esta curva decresce substancialmente, o que pode significar que a cúria da freguesia se ajustou aos novos padrões e perfis da população escrava.

As tabelas seguintes especificam o sexo, as nações¹⁴ e o número de africanos encontrados na documentação. Todos os termos aqui empregados para identificar os africanos foram retirados diretamente das fontes. Obviamente não se referem a grupos étnicos específicos; na verdade, muitos deles fazem menção a portos ou regiões do continente africano. Por isso mesmo são adequados para a investigação das origens históricas dos filhos do tráfico.

¹² Fonte: Banco de Dados referentes à documentação paroquial de óbito da Freguesia de São José do Rio das Mortes (1750-1800), CNPQ/CEM/IHGT. Coordenação: Prof. Dr. Douglas Cole Libby. Belo Horizonte, MG.

¹³ 12 homens e 1 mulher.

¹⁴ A respeito de uma reflexão acerca das nações africanas ver REZENDE, R.C. op. cit

Tabela 5
Africanos Ocidentais, por nações e sexo, 1752-1800

NAÇÕES	Nº	H	M	NAÇÕES	Nº	H	M
Cabo Verde	31	30	01	Mina, Xambá	1	-	01
Cabu	46	43	03	Nagô	17	16	01
Cobu	06	04	02	Preto da Costa	01	01	-
Courana	16	12	04	Saburu	03	03	-
São Tomé	02	02	-	Xará	01	01	-
Guiné	06	6	-	Total*	795	629	165
Mina*	664	510	153				

* excluído 1 indivíduo mina cujo sexo não pode ser identificado

Tabela 6
Africanos de origem não identificada, por sexo, 1752-1800

TERMOS	Nº	H	M	TERMOS	Nº	H	M
Pretos	389	261	128	Xavam*	01	01	-
Negros	03	02	01	Maneta*	01	01	-
Timbale*	01	01	-	Gorais*	01	01	-
Clavary*	01	01	-	Total	397	268	129

* para estes cinco indivíduos, embora identificadas suas “nações”, não encontramos referências para suas origens regionais

Tabela 7
Africanos centro-ocidentais, por nações e sexo, 1752-1800

NAÇÕES	Nº	H	M	NAÇÕES	Nº	H	M	NAÇÕES	Nº	H	M
Angola	887	793	94	Cabinda ou angola	01	01	-	Monjolo	31	30	01
Angola ou benguela	02	02	-	Cabundá	02	02	-	Mussumbé	02	02	-
Bambila	01	01	-	Camba	01	01	-	Cacunda	01	01	-
Banguela	06	05	01	Cassange	02	02	-	Rebolo	23	21	2
Benguela	170	156	14	Congo	106	98	08	Xambá	08	08	
Bimba	01	01	-	Ganguela	12	11	01	Total	1265	1143	122
Cabinda	08	08	-	Massangana	01	-	01				

fonte das tabelas: APSASJRM

Entre as nações da África Ocidental, o grupo dos “minas”, concentrando 85,3% do total de 795 óbitos registrados, sem dúvida é o grande destaque. Esta expressiva concentração, possivelmente, aponta uma padronização bastante clara no perfil do tráfico de escravos oriundos dessa região. No que concerne às nações do Centro-Oeste africano, embora os angolas representem 70% dos registros, a representatividade das

outras nações listadas é mais expressiva, pois podemos apontar outros quatro grandes grupos entre os africanos do centro-oeste; respectivamente os “benguelas”, os “congos”, os “monjolos” e os “rebolos”; que somados representam 25% do total de óbitos de africanos centro-ocidentais. Além disso, nas tabelas também se evidencia uma geral desproporção entre homens e mulheres. É notável que o número de homens, entre quase todas as nações, superou 80% no total de indivíduos registrados, formando a esmagadora maioria da população africana. Percentual que acusa o marcante desequilíbrio entre os sexos imposto pelo tráfico negreiro. Em números gerais, porém, o desequilíbrio foi bem menos agudo entre os africanos ocidentais, pois a participação feminina chegou a 20,75% do total de registros; ao passo que para o centro-oeste africano foi de apenas 9,64%.¹⁵

Retornando ao gráfico 2, podemos observar que, nos anos finais do século XVIII, apenas os africanos do centro-oeste estão relevantemente representados, uma vez que os indivíduos não identificados são numericamente inexpressivos e que não há registros de africanos ocidentais e orientais. Dados que reafirmam a mudança ocorrida no tráfico luso-brasileiro de escravos, na segunda metade do setecentos; bem como corroboram a hipótese aventada de um certo arrefecimento, no final do século, do mesmo tráfico para a freguesia. Como quer que seja, o principal mote deste texto era demonstrar a significativa participação africana na população da freguesia mineira de São José do Rio das Mortes, abordando especialmente sua extradiornária diversidade étnica, no intuito de levar para dentro da História a história esquecida, e no mais das vezes ignorada, dos filhos do tráfico.

O matrimônio e a maternidade entre os africanos: uma abordagem da formação de famílias através dos assentos paroquiais de óbito da freguesia de São José, 1750-1800

1) DO MATRIMÔNIO

Dentre os 2470 africanos registrados nos assentos paroquiais, apenas 135, ou seja, pouco mais de 5%, foram listados como casados. Entre eles, identificamos 59 escravos, 69 forros e 7 cuja condição legal não foi especificada.

Observem que, embora os forros africanos representassem apenas 12,7% do total de africanos encontrados nas fontes, entre os casados formavam a maioria com 51%. Como ainda não sabemos se esses indivíduos contraíram o matrimônio antes ou após a conquista da alforria, nada pode ser decisivamente concluído. Porém, observando os números, é inegável que o cativo influenciou de forma bastante negativa a possibilidade de casamento entre os africanos.

Os 69 alforriados africanos listados como casados representam 22% dos forros africanos encontrados na documentação, percentual que comunica que o casamento, a despeito dos obstáculos, foi uma das mais importantes estratégias no processo libertação do cativo.¹⁶

¹⁵ Embora entre os africanos de origem não identificada o número de mulheres seja expressivo, comparações proporcionais seriam inadequadas, tendo em vista a impossibilidade de trabalhar com nações específicas.

¹⁶ Sobre as famílias escravas ver, entre outros, FLORENTINO, M.; GÓES, J.R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Para uma abordagem mais precisa do perfil dos escravos africanos casados, elaboramos a subseqüente tabela.

Tabela 8
Africanos escravos casados, por sexo e nações, 1752-1800

NAÇÕES	Nº	H	M
Benguela	03	02	01
Cabo verde	02	02	-
Cabu	01	-	01
Cobu	01	-	01
Congo	03	02	01
Mina	12	09	03
Mina-xambá	01	-	01
Moçambique	03	03	-
Angola	21	16	05
Monjolo	01	01	-
Preto**	09	05	04
Rebolo	01	01	-
São Tomé	01	01	-
Total	59	42*	17

* a desproporção entre os sexos indica que os homens estavam se casando sobretudo com nativas

**É preciso observar que, no século XVIII, o termo “preto” era empregado unicamente como sinônimo para africano.

Fonte: APSASJRM

Em números gerais, segundo os dados dos assentos de óbito, os africanos escravos oriundos do centro-oeste formavam a maioria no grupo dos cativos casados, um total de 29 indivíduos. Em seguida, vinham os africanos ocidentais, 18 (ver tabela 8). Não constitui surpresa o fato dos “angolas” e dos “minas” aparecerem como a maioria numérica entre os africanos casados, uma vez que formavam as duas grandes nações de africanos na freguesia de São José. Porém, pensando especificamente nas nações, os “moçambiques” (Africanos Orientais) são o grande destaque da tabela, pois sendo um grupo formado por somente 13 indivíduos - 12 homens e 1 mulher - 3 dos homens contraíram matrimônios legítimos, isto é, 30% deles, e aqui se pode afirmar com certeza que foram matrimônios exogâmicos.

Contudo, o aspecto mais gritante da tabela 8 é a expressiva participação feminina, próxima dos 29%, no que concerne aos matrimônios. Como vimos, o tráfico negreiro fazia com que as taxas de masculinidade entre a população africana fossem sobremaneira elevadas, o que, sem dúvida, dificultava a empreitada dos homens africanos em encontrar parceiras de mesma origem continental. O mesmo desequilíbrio, porém, parece ter funcionado de maneira positiva para as mulheres africanas, porque,

formando literalmente uma minoria bastante cobiçada na população, puderam selecionar seus parceiros e contrair matrimônios com maior facilidade. Portanto, coube às africanas escravas um poder de decisão que os homens de mesma condição sequer podiam ambicionar.

1.1) Um exemplo de casamento exogâmico:

Explorando a documentação, encontramos para o ano de 1774 o registro de óbito de um inocente “crioulo” de nome Felipe, filho legítimo de Antônio, um angola forro, e de Rosa, uma escrava “mina” pertencente à Margarida Gonçalves Gandra, uma “mina” forra¹⁷. Embora sua mãe fosse escrava, Felipe foi listado como forro pelo pároco responsável pelo seu assento de óbito, assento no qual foi anotada a seguinte observação “*o tal inocente era forro que jurou seu dito pai*”. É provável que Felipe tenha sido alforriado ainda na pia batismal pela senhora de sua mãe, numa manifestação de solidariedade, uma vez que Margarida também trazia lembranças do cativo. Por outro lado, é igualmente provável que os pais de Felipe tenham comprado sua liberdade, tendo em vista que a palavra final acerca da condição legal do inocente foi a de seu pai.

A despeito disso, através do registro de óbito de Felipe podemos entrever um claro exemplo de casamento exogâmico, pois seus pais, um “angola” e uma “mina”, eram integrantes de grupos étnicos diferentes; aliás, das duas maiores nações de africanos presentes na freguesia de São José. Outro aspecto a ser notado nessa união é que os consortes desfrutavam de posições distintas na hierarquia da liberdade, pois Antônio era forro e Rosa, escrava. Esta última constatação provavelmente serve para exemplificar que, para as mulheres africanas escravas, era muito mais interessante contrair matrimônio com companheiros já livres dos laços do cativo.

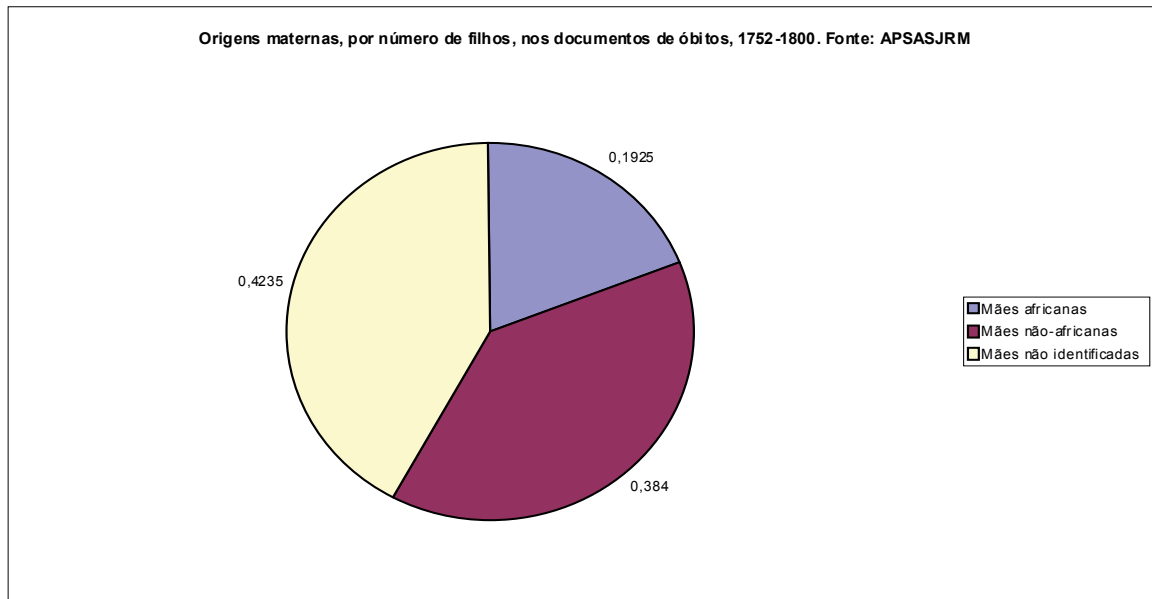
2) DA MATERNIDADE

Analisando toda a documentação, encontramos 852 assentos paroquiais em que as mães dos falecidos foram devidamente listadas pelos padres. Dividindo essas mães por suas origens e número de filhos, construímos o gráfico número 3.

Como pode ser observado no gráfico, das 852 crianças falecidas cujas mães foram listadas, 164, isto é, 19,25%, eram rebentos de mães africanas. Embora este percentual não seja pequeno, temos elementos para acreditar que se acha subestimado, tendo em vista que, entre os 361 filhos das mães não identificadas, 102 eram escravos e as mães de outros 3 eram forras.

¹⁷ Fonte: Banco de Dados referentes à documentação paroquial de óbito da Freguesia de São José do Rio das Mortes (1750-1800), CNPQ/CEM/IHGT. Coordenação: Prof. Dr. Douglas Cole Libby. Belo Horizonte, MG.

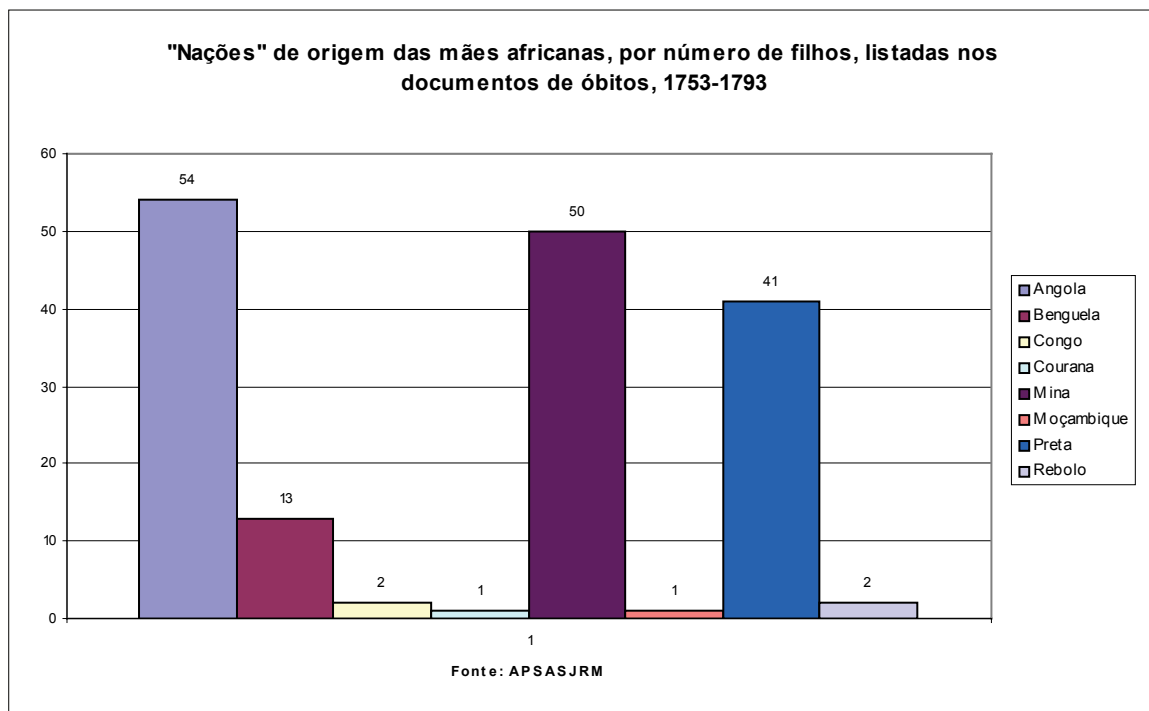
GRÁFICO 3



A fim de investigar mais pormenorizadamente o grupo das progenitoras africanas, confeccionamos o gráfico 4, no qual elas se encontram discriminadas por nações e número de filhos.

Como pode ser notado, as mulheres “angolas” foram as que tiveram o maior número de filhos entre os falecidos, inclusive ultrapassando as minas, numericamente superiores (ver tabelas 5 e 7).

GRÁFICO 4



Essa constatação pode significar que a de mortalidade infantil entre os filhos das “angolas” foi maior; no entanto, muito mais provavelmente, expressa que as “angolas” foram as mulheres que mais tiveram filhos entre as africanas. Por outro lado, como já foi observado, devido às mudanças no tráfico negreiro, grande parte das mulheres “minas” presentes nos registros paroquiais chegaram ao Brasil ainda na primeira metade do século XVIII. Portanto, a maioria das “minas” deveriam ser bem mais velhas que as “angolas” - o que, de fato, afetaria suas taxas de fertilidade. Sendo assim, é surpreendente verificar que as “minas”, a despeito da diferença etária, destacaram-se como o 2º grupo com maior número de filhos registrados na documentação.

Em seguida, sobressaem, por quantidade de filhos, as mulheres identificadas simplesmente como “pretas”. Não obstante o número de filhos das “pretas” nos documentos de óbito seja alto, não podemos levantar hipóteses palpáveis sobre essas mulheres, uma vez que não conformavam um grupo com perfil específico.

A bem da verdade, não constitui novidade alguma o fato das “angolas”, das “minas” e das “pretas” despontarem como as mães africanas com maior número de filhos na documentação, considerando que eram os três grandes grupos femininos presentes nas fontes.

Surpreendentes mesmo são os dados que se referem às mulheres “moçambique”, “rebola” e “benguela”. Entre os “moçambiques”, havia apenas uma única mulher e ela aparece listada no gráfico como mãe de uma criança falecida. No caso, uma “párvula” (criança) chamada Severina, falecida no ano de 1757, escrava, como sua mãe, de Agostinho Rodrigues da Costa. A mulher “moçambique”, de nome Maria, muito provavelmente era solteira, pois não foi arrolado o nome de nenhum companheiro no registro de óbito de sua filha. Em resumo, os dados nos dizem que a “moçambique” Maria, ainda que solteira, foi mãe de no mínimo uma criança.¹⁸

Algo análogo ocorreu às “reboas”, as duas únicas mulheres do grupo tiveram, cada uma, um filho falecido no ano de 1781. As duas mulheres, também de nome Maria, eram escravas e pertenciam, respectivamente, a Maria Rodrigues Gondim (uma crioula forra) e a Bartolomeu Machado¹⁹. Novamente o nome de nenhum companheiro foi encontrado nos óbitos das crianças, omissão que denuncia que suas mães não eram oficialmente casadas.

Por último, e mais extraordinário, vêm as “benguelas”. Das 14 mulheres deste grupo, 13 tiveram filhos falecidos registrados na documentação. Entre todas, apenas uma, outra Maria, foi listada como casada. Seu esposo era um “angola” de nome Gaspar - portanto, um casamento exogâmico - e os dois eram escravos do mesmo senhor, Mateus Gonçalves Branco²⁰. Embora aparentemente todas as outras mães deste grupo não fossem casadas, apenas uma foi registrada como solteira e as crianças de outras três como “naturais”, denunciando que não eram rebentos de matrimônios legítimos. Quanto

¹⁸ Fonte: Banco de Dados referentes à documentação paroquial de óbito da Freguesia de São José do Rio das Mortes (1750-1800), CNPQ/CEM/IHGT. Coordenação: Prof. Dr. Douglas Cole Libby. Belo Horizonte, MG.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem.

às 8 crianças restantes, o silêncio é total, embora todas, como suas mães, fossem escravas. Em suma, cada uma dessas mulheres, embora não sendo oficialmente casadas, tiveram pelo menos 1 filho, quer de companheiros permanentes, quer de uniões efêmeras.

Como vimos, por diversos motivos os casamentos legítimos não representaram percentuais expressivos entre a população africana. No entanto, como os exemplos da maternidade demonstram, a decisão de formar famílias, ainda que além dos limites da legitimidade, parece ter sido uma escolha histórica e estratégica daqueles que, inevitavelmente, estavam marcados pelo estigma da escravidão.

CONCLUSÕES

Através da pesquisa, evidenciamos que a significativa presença de escravos, nativos ou africanos, entre a população da freguesia de São José demandou de seus habitantes uma constante negociação da hierarquia social da liberdade. Além disso, também constatamos que na segunda metade do século XVIII a composição da escravaria africana desta freguesia modificou-se consideravelmente, sobretudo pelo aumento da influência dos traficantes fluminenses na região, os quais comerciavam “peças” oriundas principalmente da África Ocidental Central.

Por fim, verificamos que a escravidão influenciou de maneira negativa a formação de famílias legítimas entre os escravos africanos; mas a esse obstáculo os protagonistas históricos responderam estruturando modelos familiares alternativos.

FONTE ELETRÔNICA

Banco de Dados referentes à documentação paroquial de óbito da Freguesia de São José do Rio das Mortes (1750-1800), CNPQ/CEM/IHGT. Coordenação: Prof. Dr. Douglas Cole Libby. Belo Horizonte, MG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, T. R. E outros. *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

BRÜGGER, S. M. J. *Procedência e Identidades: Escravos e Libertos em São João del Rei, 1780-1810*. Belo Horizonte, 2002 (mimeo)

CURTIN, P. C. *The Atlantic Slave Trade: A Census*. Madison, University of Wisconsin Press, 1990.

FLORENTINO, M.; GÓES, J.R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FURTADO, Júnia Ferreira: Pérolas Negras: Mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: FURTADO, J.F. (Org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as Novas Abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.81-121. (HUMANITAS; 67)

GRAÇA FILHO, A. A. *Famílias escravas em São José do Rio das Mortes, 1743-1850*. Trabalho apresentado no 2º Simpósio Escravidão e mestiçagem - Histórias Comparadas, realizado na UFMG, em 06 e 07 de março de 2006.

MATTO DE CASTRO, H. M. *Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil - século XIX*. RJ: Arquivo Nacional, 1995.

KARASH, M. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*; tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIBBY, D. C.; PAIVA, C. A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'el Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol. 17. Nº ½, jan.-dez. 2000.

LIBBY, Douglas Cole e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Revista Varia História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, Junho de 2003, nº 30, p.112-151.

PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos Testamentos*. São Paulo, Annablume, 1995.

REZENDE, R. C. *As "Nossas Áfricas": população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da FAFICH-UFMG. Orientador: Prof. Dr. Douglas Cole Libby, Belo Horizonte, 2006.

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: Identidade Étnica, Religiosidade e Escravidão no Rio de Janeiro, Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VENÂNCIO, R. P. "Nos limites da sagrada família" ilegitimidade e casamento no Brasil colonial, in: VAINFAS, R. (ORG) *História da sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ABREVIATURAS

APSASJRM: Arquivo Paroquial de Santo Antônio de São José do Rio das Mortes

CEM: Centro de Estudos Mineiros

IHGT: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes